



PUBLICAÇÕES E PESQUISAS, SOB A ÓTICA ACADÊMICO-CIENTÍFICA, CONCENTRADAS NA ESFERA DA CIÊNCIA POLÍTICA, DA GEOPOLÍTICA E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**BEATRIZ MARIA SOARES PONTES
(ORGANIZADORA)**

**RAQUEL NICOLAU DA SILVA
(ASSESSORIA TÉCNICA E ACADÊMICO-CIENTÍFICA)**

NATAL – RN

2022

A GEOPOLÍTICA EXPRESSA NA POLÍTICA EXTERIOR DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Beatriz Maria Soares Pontes¹

RESUMO

O presente estudo envolve os seguintes itens: Introdução; A Política Externa da China na Atualidade (Estados Unidos, Europa, África, Sudeste Asiático, América Latina e Brasil) e as Considerações Finais. Nas considerações finais, são abordadas as seguintes questões, envolvendo o presente texto (inserção externa, de forma harmoniosa; a total independência das políticas traçadas e o fortalecimento da sua soberania estatal). A China é uma das principais fontes de investimento no Brasil, sendo as principais áreas de destino, a energia, a mineração, a siderurgia e o agronegócio. Entretanto, tem ocorrido uma diversificação desses investimentos para áreas como telecomunicações, automóveis, máquinas, serviços bancários e infraestrutura.

Palavras-Chave: Política Externa. República Popular da China. Política Externa Chinesa e Áreas Envolvidas.

GEOPOLITICS AS EXPRESSED IN THE FOREIGN POLICY OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA

ABSTRACT

The present study involves the following items: Introduction; China's Foreign Policy in the Present Time (United States, Europe, Africa, Southeast Asia, Latin America and Brazil) and the Final Considerations. In the Final Considerations the following issues are addressed involving the present text (external insertion, in a harmonious way, the total independence of the policies outlined and the strengthening of its state sovereignty). China is one of the main sources of investment in Brazil, and the main areas of destination are energy, mining, steel and agribusiness. However there has been a diversification of these investments into areas such as telecommunications, automobiles, machinery, banking services, and infrastructure.

Keywords: Foreign Policy. People's Republic of China. Chinese Foreign Policy and Areas of Involvement.

¹ Livre-Docente pela UNESP (2008) e Profa. Titular aposentada da UFRN.

A GEOPOLÍTICA EXPRESSA NA POLÍTICA EXTERIOR DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Beatriz Maria Soares Pontes

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é analisar a política externa chinesa atual, tendo em vista seus princípios e os contextos em que foi formulada. Assim sendo, ao elucidarmos as características da política externa da China, que dará um suporte para que seja possível compreendermos a atuação deste país, abordaremos os três princípios gerais que guiam a política externa chinesa, bem como os cinco princípios do modelo de ascensão pacífica do país.

Por meio do Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China (RPC), afirmamos que o país caracteriza-se por uma “Política Externa Independente e de Paz”. É possível levantarmos três princípios que são considerados basilares: uma inserção externa, que se verifique de forma harmoniosa; a total independência das políticas traçadas e, por fim, o fortalecimento de sua soberania estatal.

A primeira característica está relacionada à forma com que a China projeta sua inserção global, que tende ao não enfrentamento direto para com os outros países. A China, principalmente, a partir dos anos de 1960, buscou o desenvolvimento de relações harmoniosas entre seus países fronteiriços, com o objetivo de consolidar um planejamento estratégico, visando a redução de ameaças territoriais. Esta preocupação geopolítica com suas fronteiras é natural, tendo em vista o princípio da soberania inviolável que rege as relações internacionais.

Já a segunda característica, está relacionada ao não alinhamento da política externa chinesa a um (ou vários) país (países) em específico. A China propõe que seus objetivos visem favorecer o seu país no âmbito doméstico, evitando, então, que o desenvolvimento do mesmo seja pautado em uma relação de dependência. Assim, o governo chinês prega uma independência total das políticas para se alcançar o objetivo central do país que é promover o desenvolvimento.

Por fim, a ideia de que a soberania seja consolidada está relacionada às outras duas características da política externa chinesa, já que se pretende uma maior inserção internacional da China, que se dê de uma forma pacífica e sem ingerência nas questões domésticas de outros Estados, já que este ato poderá ser considerado como uma violação à soberania estatal, que é um princípio central para a diplomacia da China. Todas estas características, então, caminham para um modelo de inserção internacional que priorize a não violação da soberania dos Estados modernos e, assim, são estas as linhas gerais que influenciam na produção e execução da política externa chinesa atual.

Os pilares da política externa chinesa supracitados foram formulados como tais no Século XX. Entretanto, apontamos que a política chinesa atual, de uma forma geral, foi moldada ao longo dos anos por diversas questões culturais.

1. A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA NA ATUALIDADE

Atualmente, a política externa da China vai ao encontro de um dos seus principais objetivos: se estabelecer como uma grande potência no sistema internacional, possuindo grande capacidade econômica para influenciar as ações dos outros países. O país tem estabelecido uma capacidade militar, cada vez maior, através do aumento do investimento nas Forças Armadas.

Com o distanciamento entre os EUA e a Europa, após a vitória de Trump, a China tem se colocado como defensora do multilateralismo frente ao isolacionismo norte-americano. O Multilateralismo é a defesa de uma configuração das relações políticas entre os países que seja mais aberta e igualitária, em oposição a um sistema, por exemplo, como o da Guerra Fria bipolar.

Já o Isolacionismo é quando um país se isola das questões mundiais, deixando-as em segundo plano, em oposição ao globalismo, que seria a maior integração dos países. Portanto, a China defende, presentemente, por exemplo, as Organizações Internacionais, como a ONU e a OMC. Enquanto os EUA, as criticam por sua tentativa de impor Agendas como do Clima e dos Direitos Humanos, até mesmo, saindo do Acordo de Paris sobre o Clima e da UNESCO.

1.1 Estados Unidos

Examinaremos, a seguir, a política externa norte-americana na era Donald Trump, em relação à China.

Em 02 de dezembro de 2016, quando ainda era Presidente-eleito, Trump dialogou com a presidente da República da China (Taiwan), causando um desconforto diplomático com autoridades da China Continental. O referido diálogo foi o primeiro contato formal entre autoridades dos dois governos desde 1979.

Em resposta ao incidente diplomático, Trump afirmou: “eu entendo inteiramente a política de uma China, mas, não sei por que deveríamos nos sujeitar a uma política de uma China, a menos que façamos um acordo com a China com outras coisas, incluindo, o comércio”.

No dia da posse presidencial, um oficial do Exército de Libertação Popular ponderou que a presença militar estadunidense no Sudeste Asiático, bem como a política de armar, militarmente, a Coreia do Sul, seriam pontos nevrálgicos que poderiam acarretar atritos entre as duas potências mundiais.

Em 23 de janeiro de 2017, ao relatar as reivindicações chinesas sobre as Ilhas Spratly, do Mar do Sul da China, o Governo norte-americano afirmou: “É uma questão se aquelas ilhas estão, de fato em águas internacionais e, não pertencem à China, então, deixamos claro que defendemos territórios internacionais de serem tomados por qualquer país”.

Em visita ao Japão, o Secretário de Defesa reafirmou o compromisso dos EUA com o Tratado de Cooperação Mútua e Segurança de 1960, afirmando o direito japonês sobre as Ilhas Senkaku, que são, também, reivindicadas pela China.

Além disso, o Governo estadunidense declarou que, apesar do momento favorável nas relações com a China e, os grandes sinais de que o país se uniria, no reforço dos Direitos Humanos, ainda, havia muitos retrocessos. O Governo chinês reconheceu, a princípio, a importância da proteção dos Direitos Humanos e, alegou ter tomado medidas, para adequar suas próprias práticas de direitos humanos às normas internacionais.

Entre tais medidas, houve a assinatura do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em outubro de 1997 (que veio a ser ratificado em março de 2001) e, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, em outubro de 1998

(que ainda não foi ratificado). Em 2002, a China libertou um grande número de prisioneiros políticos e religiosos e, concordou em cooperar com especialistas em tortura, detenção arbitrária e perseguição religiosa, enviados pelas Nações Unidas. Entretanto, grupos de proteção dos Direitos Humanos têm afirmado que nenhuma ou poucas medidas foram, efetivamente, implementadas pelo Governo chinês.

Estes mesmos grupos acreditam que a China ainda está muito distante de estabelecer mudanças sistêmicas fundamentais para proteção dos direitos humanos e garantia de liberdade aos cidadãos na China Continental. O Departamento de Estado dos EUA divulgou um relatório sobre Direitos Humanos em todo o planeta, incluindo uma avaliação das estatísticas na China.

Numa atitude que desagradou, profundamente, grupos defensores dos direitos humanos, ao redor do mundo, o Governo estadunidense não divulgou em seu relatório global de 2008, que a China seria um dos maiores violadores dos direitos individuais. Contudo, o então Secretário-Assistente de Estado afirmou que os alcances em Direitos Humanos pela China, ainda eram “precários”.

Desde 1998, a China tem publicado um informe anual, detalhando os abusos de Direitos Humanos pelos EUA e, desde 2005, tem publicado informes sobre seu próprio avanço em políticas democráticas. Em fevereiro de 2014, no entanto, os EUA lançaram um relatório sobre as práticas do Governo chinês, que infringiam os Direitos Humanos, descrevendo a China como um Estado autoritário e lugar onde “repressão e coerção eram rotina”.

Os EUA buscam reformas para o que chamam de práticas chinesas que resultam no roubo de propriedade intelectual norte-americana e, na transferência forçada de tecnologia de empresas dos EUA, para companhias chinesas.

As negociações abordaram propriedade intelectual, transferência forçada de tecnologia, barreiras não-tarifárias, agricultura, serviços, compra e proteção da lei, segundo a representação comercial dos EUA.

Washington também exige que Pequim diminua seus subsídios industriais e, abra mais a sua economia para empresas norte-americanas, aumentando as compras de bens norte-americanos, incluindo *commodities* agrícolas e energéticas para diminuir o déficit comercial com a China.

No ano passado, Washington e Pequim aumentaram tarifas de importações sobre seus produtos que custaram às duas maiores economias do mundo, bilhões de dólares e interromperam suas cadeias produtivas.

No que concerne ainda aos EUA, em relação à China, devemos ponderar sobre as negociações comerciais que estão, em plena vigência, atualmente.

Assim, norte-americanos e chineses encerraram nova rodada de negociações comerciais e, deverão retomar as discussões, em breve, para tentar assegurar um acordo que encerre a batalha de tarifas que agitou os mercados globais.

Os dois lados ofereceram poucos detalhes do progresso das negociações. O Vice-Premiê chinês concluiu três dias de reuniões com o representante comercial dos EUA e o Secretário de Tesouro, em Washington. O Presidente dos EUA, Donald Trump, disse que um acordo pode ser anunciado nas próximas quatro semanas.

A Assessoria da Casa Branca, se manifestou, através do canal de televisão Bloomberg, ressaltando que o representante chinês voltaria para Pequim, após as conversas entre os dois lados, continuando o trabalho para resolver as questões remanescentes por vídeo conferência. Todavia, esse processo em andamento ainda não foi concluído.

1.2 Europa

As relações entre a Europa e a China, principalmente, na esfera comercial, têm aumentado, consideravelmente, nos últimos anos. A China possui grande quantidade de títulos da dívida pública de diversos países europeus, pois é de seu interesse que eles continuem a comprar produtos chineses, mantendo a sua capacidade de pagar suas dívidas e fazer novas compras.

A Europa, por outro lado, é uma grande exportadora de serviços para a China, como serviços financeiros e de logística. Os países europeus, também, são favorecidos pela iniciativa *One Belt One Road*, que se propõe a ligar a China com a Ásia Central e a Europa, por meio de investimento em logística, como ferrovias e portos.

No presente, a China também concordou em abordar os receios da União Europeia (UE) sobre subsídios estatais a empreendimentos industriais.

Assim, o Primeiro-Ministro chinês, prometeu aos seus anfitriões da União Europeia, que Pequim não obrigará mais empresas estrangeiras a compartilharem informações sensíveis, quando operarem na China e que está disposto a debater os subsídios industriais. Assinalando uma mudança considerável, a promessa feita pelo Primeiro Ministro chinês, na Cúpula anual de líderes da União Europeia – clima vem na esteira de ofertas semelhantes feitas aos EUA e pode sinalizar uma abertura que empresas europeias vêm pleiteando há tempos. O anfitrião da Cúpula, considerou-a um avanço.

Empresas europeias terão um tratamento igualitário, disse o Primeiro Ministro chinês, em uma coletiva de imprensa, após uma reunião de 3 horas, em Bruxelas, propondo criar um mecanismo de solução de disputas para tratar de queixas de companhias estrangeiras na China.

Governos Ocidentais se queixam há tempos de que suas empresas sofrem pressões para ceder conhecimento tecnológico a parceiros de empreendimentos conjuntos, autoridades ou agências reguladoras, como condição para fazer negócios na China. Subsequentemente, a tecnologia é usada por concorrentes chineses, prejudicando firmas ocidentais, segundo a União Europeia (UE), que teme um domínio chinês em indústrias estratégicas.

Tusk (o anfitrião da Cúpula), disse ter sido a primeira vez que a China aceitou se envolver em debates sobre reformas das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). Essa prioridade central é relevante para a Europa.

A China também concordou em abordar os receios da União Europeia (UE) sobre subsídios estatais a empreendimentos industriais. Os dois lados intensificarão os debates com o objetivo de fortalecer as regras internacionais sobre subsídios industriais, disseram as duas potências comerciais globais, no comunicado final da Cúpula.

1.3 África

O gigante asiático tem aumentado, enormemente, a sua presença no continente africano, fazendo grandes investimentos em infraestrutura e empréstimos aos países africanos. Esses empréstimos não têm requisitos como a manutenção dos direitos humanos ou imposições políticas que países ocidentais costumam fazer e, normalmente, são maiores e a juros menores do que aqueles praticados pelo Ocidente.

São bastante atrativos a ditadores africanos que vêm as instituições internacionais como interventoras nas questões internas dos seus países. A política externa da China, na África, é interpretada por alguns analistas, como imperialista, por tentar criar uma relação da China com a África similar àquela que os países ocidentais faziam com o continente - e, ainda fazem em alguma medida - de exploração de matérias primas, sem darem retorno, condições para o desenvolvimento dessa região.

Além disso, a relação sino-africana e os princípios da Coexistência Pacífica são, em grande escala, levados em consideração pela China.

Portanto, as relações entre a China e a África existem, de longa data, mas foi na Conferência de Bandung, que reuniu 29 países, sendo 23 asiáticos e 6 africanos, que se intensificaram as relações da China com o continente africano. O encontro foi essencial para o planejamento da inserção chinesa, no âmbito regional e internacional, inaugurando relações mais intensas com países africanos que, aos poucos, se livraram da dominação dos colonos europeus.

A gradativa descolonização era uma aposta dos chineses para aumentar sua inserção no continente, tendo em vista o grande potencial existente na referida relação. A Conferência de Bandung serviu para a China como uma plataforma de impulsionar seus novos moldes de inserção internacional, baseadas nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica.

A projeção internacional da China, em Bandung, rendeu bons frutos ao país, no que tange à relação para com os países africanos. O Egito foi o primeiro país a estabelecer relações diplomáticas com a China e, até 1999, os chineses já haviam estabelecido relações com outros 18 países africanos.

Esta parceria com os países africanos, além de representar para a China uma parceria comercial, também, representou uma parceria política, no âmbito das Nações Unidas, devido aos esforços do país em negar a independência de Taiwan. A aliança da China com os países africanos significou, também, o não reconhecimento da independência de Taiwan. Esta aproximação política pode ser vista, atualmente, na atuação desses países, no seio das Nações Unidas, que tendem a entrar em consenso, devido a um conjunto de interesses e entendimentos compartilhados sobre as questões discutidas na organização.

Já pensando em termos econômicos e parceria da China com países africanos, havia um interesse muito particular, a partir da década de 1990: o país passou a ser isolado por alguns Estados do Ocidente e a África surgiu, então, como alternativa para absorção dos produtos chineses, além de servir, também, como um caminho alternativo para suprir a necessidade energética da China, que perdeu sua autossuficiência nessa década.

De acordo com dados do Banco Mundial, publicados em um relatório, averiguamos que, de 2011 em diante, a relação sino-africana permaneceu próspera e continuou rendendo frutos para os países envolvidos na cooperação com a China.

Esta intensa cooperação rendeu à China o título de maior exportador e maior parceiro para o desenvolvimento dos países da África subsaariana. Esta cooperação caracteriza o que a China entende como uma cooperação *win-win*, em que ambas as partes envolvidas nos Acordos são beneficiadas, coincidindo, portanto, com uma das assertivas chinesas, acerca da Coexistência Pacífica, em que se preza a igualdade e o benefício mútuo das partes envolvidas nos Acordos comerciais.

Sob a ótica dos países africanos, uma das questões que torna atrativa a inserção chinesa no continente é que o país segue, historicamente, sua linha de política externa, baseada nos princípios da Coexistência Pacífica, pregando a igualdade jurídica entre os Estados e o desenvolvimento de relações *win-win* entre eles.

Em suma, a China, baseando-se nos princípios da Coexistência Pacífica estabeleceu uma série de parcerias que beneficiaram ambas as partes. A cooperação se torna atrativa na medida em que as propostas chinesas atraem investimento para os países africanos - investimentos estes, que variam em cooperações comerciais e uma cooperação técnica. Além disso, a presença chinesa na África significa, também, uma total separação entre as relações comerciais de chineses e africanos e os assuntos internos dos países do continente, já que alguns encontravam-se em conflito interno, como o Sudão e o Zimbábue.

Os resultados da cooperação bilateral China-África, expresso em termos materiais, anteriormente por meio de relatórios do Banco Mundial, demonstram a existência de diversos ganhos nestas relações.

Finalmente, devemos ressaltar que a China, recentemente, inaugurou em caráter oficial, a sua primeira base militar no exterior, em Djibuti, no Chifre da África. O marco simbólico coincidiu com o 90º aniversário do Exército de Libertação Popular (ELP).

O Centro de Apoio Logístico iniciou suas operações, após a chegada dos equipamentos enviados em 12 de julho de 2017. O objetivo da base é oferecer apoio às tropas chinesas que participam de missões antipirataria, de operações de paz e resgate no Golfo de Áden e na Costa da Somália, região assolada pela pirataria.

As autoridades inauguraram a instalação com uma cerimônia que contou com a presença de mais de 300 pessoas, entre elas, o Ministro da Defesa do Djibuti e, o subcomandante da Marinha chinesa, de acordo com a imprensa estatal da China.

Desde que a China manifestou o seu interesse em abrir uma instalação deste tipo, no final de 2015, o Governo em Pequim insistiu que não se tratava de uma expansão militar, mas de uma instalação para atividades internacionais e proteção das vias de comércio marítimo.

1.4 Sudeste Asiático

A China possui relações bastante razoáveis com parte dos países da região do Sudeste da Ásia que são destino de muitos investimentos chineses e de empresas que usam de mão de obra barata - mais barata que a chinesa. Porém, a disputa do Mar do Sul da China gerou atrito entre os chineses e outros países da região, como o Vietnã, a Malásia e as Filipinas, tendo a China criado Ilhas Artificiais com bases militares, aumentando a sua presença nessa área estratégica, por onde passa boa parte do comércio mundial. Essa política expansionista é resultante da percepção chinesa de que esse território é seu por direito histórico, desde a época imperial, como no caso do Tibet.

Na área do Mar da China Meridional, além das tensões entre China e Taiwan, há outras duas questões “Oceânicas”. A primeira, diz respeito às ilhas Paracelso, disputadas pelo Vietnã e pela China. A segunda, está ligada ao Arquipélago de Spratly, que é reivindicado por cinco países. Malásia, Filipinas e Brunei, o reivindicam parcialmente, enquanto o Vietnã e a China, almejam soberania plena sobre todo o conjunto insular. Várias ilhas e rochedos foram ocupados militarmente por cada um dos países requerentes, com exceção de Brunei. Contudo, a China é o único dos países em questão que possui meios estratégicos e militares para fazer valer as suas reivindicações.

A China construiu ilhas artificiais, a partir de recifes, estabelecendo em uma dessas ilhas um heliporto de concreto e 7 (sete) estruturas militares.

A construção de sete ilhas em áreas de recifes, por parte do Governo chinês, foi condenada pelos seus vizinhos, além dos EUA, que acusaram Pequim de aumentar as tensões em uma área em que seis governos mantêm reivindicações marítimas.

Entretanto, o Estado chinês continua promovendo atividades com o propósito de equipar, devidamente, as chamadas Ilhas Artificiais.

Observamos que, apesar dos protestos, a China continua construindo instalações militares nessas Ilhas Artificiais. Para provar a capacidade de uma pista para pouso de aviões, sediada em uma dessas ilhas, a China procurou, de antemão, testar a capacidade da mesma. Dessa forma, promoveu um voo, com duração de 2 horas, o qual partiu de Haikou, sediada na província de Hainan.

Em 2017, a China construiu mais 29 hectares de instalações militares na área do Mar do Sul da China. Este país já possui nestas Ilhas Artificiais, depósitos de munição, hangares, sistemas de radar de alta frequência, refúgios antimísseis, entre outros. Os incrementos transformam estas ilhas em algumas das mais avançadas bases aéreas e navais da China. Mostram, também, a velocidade com a qual o país asiático equipou militarmente o local.

Em face dessa realidade, constatamos o que se poderia chamar de uma "crise lenta" em um dos pontos de maior tensão geopolítica do mundo, provocada não só pelas disputas, já devidamente esclarecidas entre países daquelas áreas, além da clara rivalidade existente entre os EUA e a China, em prol da supremacia do poder na região em tela. Para o Estado chinês, entretanto, as novas instalações na região têm caráter civil e defensivo. Pequim acusa seus críticos de exagerarem a importância da questão.

O fato de ser uma crise lenta, na qual a China segue fazendo pressão de forma contínua há cerca de uma década, a consequência desta postura denota a impossibilidade de mudanças substanciais a curto prazo. Em face dessa realidade, a comunidade internacional não tem se sentido motivada para fazer algo a respeito.

Entretanto, a situação presente acarreta visíveis preocupações, isto é, dentro de 10 anos, vários países poderão ter dificuldades por não terem tomado posições mais positivas, em relação à China.

Todavia, a China defende as suas operações nas ilhas, por considera-las o seu próprio território. Além disso, o Estado chinês ressaltou que, em 2019, colocará em órbita três satélites que vão monitorar a região 24 horas por dia.

A China alega precedentes históricos para reclamar poder sobre as águas desta zona, situada a mais de 2 mil quilômetros da sua costa.

Em face do que vem ocorrendo no Mar do Sul da China, um navio de guerra norte-americano ingressou neste espaço em disputa, para "demonstrar a vigência da liberdade de navegação" no local. Diante dessa medida assumida pelos EUA, a China o acusou de provocação "militar e política", enviando as suas próprias embarcações de combate e aviões ao local.

Recentemente, a China apresentou o seu caça de 5ª geração, o Tzyan-20 (J-20), de fabricação nacional. O caça de baixa visibilidade, que ainda está em desenvolvimento, está previsto para ser incorporado à Força Aérea do Exército de Libertação do Povo, no início de 2018, mas já representa um avanço na capacidade de projeção do país na região e uma mudança na balança de poder. Até o momento, somente os EUA produziam caças de 5ª geração.

O desenvolvimento dessa tecnologia demonstra a busca contínua pela modernização militar que permeia a história contemporânea chinesa.

A guerra é um evento que impulsiona as capacidades tecnológicas dos países. Incentivado por ameaças norte-americanas, o país teve seu primeiro teste nuclear em 1964, mas, os líderes planejaram usar tais armas apenas para dissuasão.

Entretanto, a China ainda dispense esforços para aperfeiçoar a sua força nuclear e manter a sua capacidade dissuasória. A Guerra travada contra o Vietnã mostrou a necessidade de melhorar seus armamentos e a Guerra do Golfo trouxe uma mudança total no eixo bélico, principalmente, no elemento temporal.

O paradigma de segurança chinês, diferentemente do paradigma norte-americano, tem seu foco na ênfase de desafios à segurança nacional que, de modo geral, são derivados de vulnerabilidades no setor tecnológico. Eles têm origem no cenário doméstico ou internacional, são multifacetados e, podem ou não ter elementos militares, como segurança alimentar e segurança energética.

Com o término da URSS, a presença naval marcante dos EUA na região se tornou a principal preocupação do Governo chinês, que não deseja ser surpreendido por alguma inovação tecnológica na área da defesa.

Convém que ressaltemos que, recentemente, os EUA retiraram as suas forças militares do Mar do Sul da China, não mais enfatizando a sua proteção devida à Coreia do Sul e ao Japão.

1.5 América Latina

Países como Brasil, Chile e Peru têm no gigante asiático o seu principal parceiro econômico, portanto, com quem mais fazem comércio no mundo. Alguns autores interpretam que essas relações, assim como a África, se configuram como um regime de exploração, apenas, por outra potência que não os EUA.

O país com relações políticas mais fortes com a China seria a Venezuela que recebe muitos recursos para a manutenção do regime de Nicolás Maduro e, para continuar a enviar petróleo à China, destino de 18% das exportações venezuelanas. Além disso, empresas chinesas, também, estão em vários outros países, atuando, principalmente, nas áreas de energia e infraestrutura.

Entretanto, devemos salientar a disputa existente entre a China e os EUA pela América do Sul, observando-se que Pequim começa a lograr avanços em relação aos EUA.

A composição geopolítica entre China e EUA chegou com tudo à América do Sul. O fenômeno não é novo, mas, ganhou relevo com a visita do Secretário de Defesa americano aos grandes países da região - Brasil, Argentina, Chile e Colômbia.

A pergunta que importa é simples: Como a disputa entre Washington e Pequim moldará o ordenamento regional sul-americano e quem vem ganhando as primeiras rodadas? A resposta passa pelos três mecanismos diplomáticos básicos que a China vem utilizando para comunicar suas intenções aos países da vizinhança.

O primeiro, diz respeito ao modo pelo qual a diplomacia chinesa demanda concessões dos governos sul-americanos. O melhor exemplo recente foi a intrincada operação da China, em Brasília, para absorver lotes do Pré-Sal e, conseguir comprar 1/3 do setor elétrico brasileiro, além de boa parte da produção hidrelétrica nas fronteiras. A negociação demandou dos chineses, a capacidade de manter o fio da meada, em meio à turbulência que derrubou Dilma Rousseff e que levou Michel Temer ao Palácio do Planalto.

O segundo mecanismo, refere-se à forma como a diplomacia chinesa faz compromissos críveis, capazes de levar seus parceiros sul-americanos à mesa. Aqui, o melhor exemplo é a postura elaborada pela embaixada chinesa, em Buenos Aires, para emplacar a construção de uma base de monitoramento de satélites e de segurança cibernética, na Patagônia.

A manobra demandou trabalho minucioso para evitar reação adversa da opinião pública e, das Forças Armadas argentinas, que têm ojeriza à ideia de expor seu território ao radar dos EUA.

O terceiro mecanismo é composto pelos sinais que a China emite aos países da região, quando sente seus interesses ameaçados pelos EUA. Ela avança e busca o conflito ou dá um passo atrás para evita-lo.

A ilustração mais contundente é a decisão chinesa de reduzir seu apoio ao regime venezuelano, depois que os desmandos do Governo Maduro, atçaram a atenção do Congresso Americano.

A explicação parece simplista, mas, não é o caso. O futuro geopolítico da América do Sul será, em grande medida, uma função desses poucos mecanismos de sinalização adotados pela China e, da reação a eles, dos países da vizinhança.

A verdadeira notícia, portanto, não é a fala do chefe do Pentágono na Escola Superior de Guerra, mas, a dificuldade americana de responder à escolha chinesa de fazer demandas moderadas, entregar promessas e recuar de situações conflituosas.

A entrada de uma potência no território de outra é sempre conflitiva. Pelo menos, até agora, a China tem uma estratégia ganhadora.

1.6 Brasil

O nosso país tem relações políticas e econômicas próximas à China. Na economia, o país asiático é o principal parceiro comercial do Brasil, desde 2009, ampliando-se as trocas comerciais de 3,2 bilhões de dólares, em 2001, para 66,3 bilhões de dólares, em 2015.

Os chineses são o destino de 19% de nossas exportações, principalmente, soja, minério de ferro e petróleo cru, além de serem a origem de 17% de nossas importações, como maquinários, produtos químicos e têxteis. O Brasil obteve um superávit comercial

recorde com a China, de 67 bilhões de dólares, em 2017, sendo este valor 40,5% superior ao de 2016.

A China é uma das principais fontes de investimento no Brasil, sendo as principais áreas de destino, a energia, a mineração, a siderurgia e o agronegócio. Entretanto, tem ocorrido uma diversificação desses investimentos para áreas como telecomunicações, automóveis, máquinas, serviços bancários e infraestrutura. Empresas chinesas investiram cerca de 21 bilhões de dólares, em 2017, comprando usinas, distribuidoras de eletricidade e portos no Brasil.

Além dos investimentos de um país no outro, ambos intensificaram a cooperação financeira, em âmbito bilateral e multilateral, com a chegada de diversos bancos chineses ao Brasil e do Banco do Brasil, chegando à China, o primeiro latino-americano no país.

Na área da política internacional, o Brasil e a China estão presentes juntos em vários mecanismos internacionais, como os BRICS e o G-20 (os 19 países mais ricos do mundo e a UE). Em 2014, durante a VI Cúpula dos BRICS de Fortaleza, foi criado o Novo Banco do Desenvolvimento dos BRICS, que rivaliza com o Banco Mundial. Ambos os países podem ser considerados emergentes, portanto, defendem um sistema multilateral, a partir do qual os países em desenvolvimento tenham voz.

Atualmente, não podemos deixar de destacar que na OMC, a China já começa a se afastar do novo governo brasileiro.

E, no Banco Mundial, o novo presidente, indicado por Trump, questiona e poderá reduzir empréstimos à China e Brasil. Assim, no *South China Morning Post*, a China se recusa a abrir mão do status de país em desenvolvimento, na Organização Mundial do Comércio (OMC), apesar das demandas dos EUA.

Ao lado da Índia, África do Sul e Venezuela, o país assinou uma carta à organização multilateral, afirmando que as regras, na verdade, favoreceram os EUA e outros Desenvolvidos, em áreas como o subsídio à agricultura e as cotas de importação.

O Ministério Chinês do Comércio sublinhou que nada muda mesmo que o Brasil tenha concordado em renunciar ao status na OMC.

No Banco Mundial, por outro lado, o escolhido de Donald Trump, foi aprovado como novo presidente da instituição multilateral.

De acordo com o New York Times, David Malpass questiona práticas do Banco Mundial, como emprestar dinheiro para a China, Brasil e outros e, apesar de ter adotado

tom mais conciliatório, ele se envolveu, profundamente, nas negociações comerciais do Governo Trump com a China e poderá buscar reduzir os empréstimos do Banco aos Países Emergentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A China, em conformidade com a sua política externa, adota uma política independente e de paz. Esta política externa está baseada em três princípios fundamentais: inserção externa, de forma harmoniosa; a total independência das políticas traçadas e o fortalecimento da sua soberania estatal.

O objetivo central do país é promover o desenvolvimento. O seu propósito é se estabelecer como uma grande potência, no Sistema Internacional, destacando-se pela sua capacidade econômica, com o intuito de influenciar outras nações. Além disso, observamos que a China tem se preocupado em promover maior capacidade militar, investindo nas Forças Armadas.

Analisando-se a política externa da China com os EUA, podemos destacar três questões principais: a primeira, diz respeito à Taiwan. Enquanto os EUA a consideram uma República chinesa independente, a China pondera que Taiwan faz parte efetiva do seu território. Em face dessa situação, na esfera internacional, países se posicionaram a favor de Taiwan e, outros, contemplaram os interesses da República Popular da China, estabelecendo relações diplomáticas com este país. Entretanto, na medida em que a China passou a se destacar pelo seu desenvolvimento econômico, na esfera mundial, nações que, precedentemente, haviam contraído relações diplomáticas com Taiwan, desistiram dessas relações, optando por contrair relações diplomáticas com a República Popular da China.

A outra questão que conota uma flagrante diferença entre os EUA e a China, diz respeito à observância dos Direitos Humanos, no âmbito global, bem como na esfera da própria China. Evidentemente, por se tratar de um sistema político ditatorial, os chineses têm detido em suas mãos, um forte controle social, observando-se que, as liberdades individuais não são aquelas atestadas nos sistemas democráticos.

Recentemente, a China, tendo em vista os reclamos das nações ocidentais, concordou em rever a sua postura, em torno dos Direitos Humanos, ainda que tenha sido

comprovado que esta nação ainda está longe de contemplar os Direitos Humanos, no mesmo nível considerado pelas nações democráticas.

A terceira questão que apresenta sérios atritos entre EUA e China, dizem respeito às relações comerciais. Os EUA consideram que há flagrante desigualdade nas relações comerciais entre a China e os países ocidentais, tendo em vista as seguintes questões: propriedade intelectual, transferência forçada de tecnologia, barreiras não-tarifárias, agricultura, serviços, compra e proteção da lei.

Ultimamente, nas conversações que se consumam entre as duas potências, a respeito das relações comerciais, a China concordou em observar, detidamente, as reivindicações salientadas pelos EUA e outras nações democráticas, tais como: propriedade intelectual, transferência forçada de tecnologia, barreiras não-tarifárias, agricultura, serviços, compra e proteção da lei. Tais debates, ainda estão em curso, não se tendo a noção de quando estes terão fim.

As relações entre a Europa e a China, principalmente, na esfera comercial, têm aumentado consideravelmente, nos últimos anos. A Europa, por outro lado, é uma grande exportadora de serviços para a China, como serviços financeiros e de logística.

No presente, a China também concordou em abordar os receios da União Europeia sobre subsídios estatais a empreendimentos industriais. Portanto, a China prometeu aos seus anfitriões da União Europeia (UE), que Pequim não obrigará mais empresas estrangeiras a compartilharem informações sensíveis, quando operarem na China.

Este país asiático, também, propôs a criação de um mecanismo de solução de disputas para tratar de queixas de companhias estrangeiras na China.

A República Popular da China, ultimamente, também concordou em discutir, mediante debates, sobre as reformas das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

No que concerne ao Continente Africano, a China aumentou, consideravelmente, a sua presença neste continente, fazendo grandes investimentos em infraestrutura e empréstimos.

A parceria com os países africanos, além de representar para a China uma parceria comercial, também, representou uma parceria política, no âmbito das Nações Unidas, devido aos esforços do país em negar a independência de Taiwan.

Sob a ótica dos países africanos, uma das questões que torna atrativa a inserção chinesa no continente é que o país segue, historicamente, sua linha de política externa, baseada nos princípios da Coexistência Pacífica, pregando a igualdade jurídica entre os Estados e o desenvolvimento de relações *win-win* entre eles.

Em suma, a China estabeleceu uma série de parcerias que beneficiaram ambas as partes. A cooperação se tornou atrativa, na medida em que as propostas chinesas atraíram investimentos para os países africanos, investimentos estes, que variam em cooperações comerciais e uma cooperação técnica.

Finalmente, a China inaugurou recentemente, a sua primeira base militar no exterior, em Djibuti, no Chifre da África. O objetivo da sua presença nesta área foi oferecer apoio às tropas chinesas que participam de missões antipirataria, de operações de paz e resgate no Golfo de Áden e, na Costa da Somália, região assolada pela pirataria.

No que tange ao Sudeste Asiático, a questão mais proeminente é a disputa do Mar do Sul da China, gerando atrito entre os chineses e outros países da região como o Vietnã, a Malásia e as Filipinas, tendo a China criado Ilhas Artificiais com bases militares, aumentando a sua presença nessa área estratégica, por onde passa boa parte do comércio mundial. Há a questão relativa às ilhas Paracelso, disputadas pelo Vietnã e pela China, além do Arquipélago de Spratly, que é reivindicado por cinco países. Malásia, Filipinas e Brunei, o reivindicam parcialmente, enquanto o Vietnã e a China, almejam soberania plena sobre todo o conjunto insular. Contudo, a China é o único dos países em questão, que possui meios estratégicos e militares para fazer valer as suas reivindicações.

Tendo em vista as Ilhas Artificiais, os EUA acusaram Pequim de aumentar as tensões, em uma área em que seis governos mantêm reivindicações marítimas. Este país já possui nestas ilhas artificiais, depósitos de munição, hangares, sistemas de radar de alta frequência, refúgios antimísseis, entre outros.

Em face dessa realidade, constatamos o que se poderia chamar de uma crise, em um dos pontos de maior tensão geopolítica do mundo, provocada não só pelas disputas entre os países ali estabelecidos, além da clara rivalidade existente entre os EUA e a China, em prol da supremacia do poder na região aqui considerada.

Quanto à América Latina, países como Brasil, Chile e Peru têm no gigante asiático o seu principal parceiro econômico, portanto, com o qual mais fazem comércio no mundo.

O país com relações políticas mais fortes com a China tem sido a Venezuela que recebe muitos recursos para a manutenção do regime de Nicolás Maduro e, para continuar a enviar petróleo à China, destino de 18% das exportações venezuelanas. Outro aspecto a ser notado, foi a decisão chinesa de reduzir o seu apoio ao regime venezuelano, depois que os desmandos do Governo Maduro ataçaram a atenção do Congresso Americano.

Além disso, empresas chinesas, também, estão em vários outros países, atuando, principalmente, nas áreas de energia e infraestrutura.

Entretanto, devemos salientar a disputa existente entre a China e os EUA pela América do Sul, observando-se que Pequim começa a lograr avanços, em relação aos EUA.

O melhor exemplo recente foi a intrincada operação da China, em Brasília, para absorver lotes do Pré-Sal e, conseguir comprar 1/3 do setor elétrico brasileiro, além de boa parte da produção hidrelétrica nas fronteiras.

Por outro lado, a embaixada chinesa em Buenos Aires, conseguiu estabelecer a construção de uma base de monitoramento de satélites e de segurança cibernética, na Patagônia.

Quanto ao Brasil, a China é o nosso principal parceiro comercial. Os chineses são o destino de 19% de nossas exportações, principalmente, soja, minério de ferro e petróleo cru, além de ser a origem de 17% de nossas importações, como maquinários, produtos químicos e têxteis.

A China é uma das principais fontes de investimento no Brasil, sendo as principais áreas de destino, a energia, a mineração, a siderurgia e o agronegócio. Entretanto, tem ocorrido uma diversificação desses investimentos para áreas como telecomunicações, automóveis, máquinas, serviços bancários e infraestrutura.

Na área da política internacional, o Brasil e a China estão presentes juntos em vários mecanismos internacionais, como os BRICS e o G-20 (os 19 países mais ricos do mundo e a UE).

Finalmente, após a longa reflexão referente à geopolítica expressa na política exterior da China, concluímos que o suporte fundamental de sua política externa está, diretamente, ligado à grande rivalidade e disputa verificadas entre a República Popular da China e os EUA, pela supremacia mundial.

REFERÊNCIAS

TELES, Lilian Madureira; SOUZA, Matheus de Abreu Costa. A Política Externa da China, as Relações com a África e a Problemática dos Direitos Humanos. *Revista Fronteira – Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*. Belo Horizonte, v. 14, nº 27 e 28, p. 69-88, 2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; FORNER, Clarissa Nascimento. O Reposicionamento Estratégico Sino-Estadunidense: O Mar do Sul da China (2009/2017). *Revista Brasileira de Estudos de Defesa (RBED)*. v. 4, nº 2, p. 127-151, jul/dez. 2017.

DEXIANG, Jin. Política Externa da China para a Ásia-Pacífico. *Revista Indicadores Econômicos – FEE*. Porto Alegre. v. 23, nº 4, p. 223-232, 1996.

SITES CONSULTADOS

A modernização militar chinesa e a relação com os EUA (2016)
Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/china/noticia/24302/A-modernizacao-militar-Chinesa-e-a-relacao-com-os-EUA/>>. Acesso em: 22/05/2017.

As impressionantes Ilhas militares construídas pela China em tempo recorde (2017)
Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/as-impresionantes-ilhas-militares-construidas-pela-china-em-tempo-recorde.ghtml> . Acesso em 19/12/2017.

A Política Externa da China (2019)
Disponível em: <<https://www.politize.com.br/politica-externa-da-china-entenda/>>. Acesso em: 12/02/2019.

“Avanços Significativos” continuam com fim de nova rodada de negociações entre EUA e China (2019)
Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/06/avancos-significativos-continuam-com-fim-de-nova-rodada-de-negociacoes-entre-eua-e-china.ghtml>>. Acesso em: 08/04/2019.

Aspectos da China contemporânea (2009)
Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=2020&id_coluna=29>. Acesso em: 12/02/2019.

Briga de Gigantes: as relações entre EUA e China (2019)
Disponível em: <<https://www.politize.com.br/eua-e-china-guerra-comercial/>>. Acesso em: 10/04/2019.

China consegue acionar aviões de combate em Ilhas Artificiais a qualquer momento, diz instituto dos EUA (2017).

Disponível em:<<http://www.defesanet.com.br/china/noticia/25277/China-consegue-acionar-aviões-de-combate-em-ilhas-artificiais-a-qualquer-momento--diz-instituto-dos-eua/>>. Acesso em: 22/05/2017.

China desafia seus vizinhos com uma ‘grande muralha’ de Ilhas Artificiais (2015)

Disponível em:<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/10/internacional/1428666875_884351.html>. Acesso em: 22/05/2017.

China diz que irá proteger soberania “irrefutável” no Mar do Sul da China (2017)

Disponível em:<<http://www.defesanet.com.br/china/noticia/24605/China-diz-que-iraprotger-soberania--irrefutavel--no-Mar-do-Sul-da-China/>>. Acesso em: 22/05/2017.

China e Geopolítica (2014)

Disponível em:<<http://economistax.blogspot.com.br/2014/02/china-e-geopolitica.html>> Acesso em: 28/02/2019.

China está à frente dos EUA na questão das Ilhas Artificiais nas Filipinas (2016)

Disponível em:<https://br.sputniknews.com/asia_oceania/201610276655091-china-eua-filipinas-ilhas/>. Acesso em: 25/04/2017.

China inaugura na África Primeira Base Militar no Exterior (2017)

Disponível em:<<https://veja.abril.com.br/mundo/china-inaugura-na-africa-primeira-base-militar-no-exterior/>>. Acesso em: 21/11/2018.

China instala sistemas antimíssil no Mar do Sul da China, mas isso 'não é militarização'(2016)

Disponível em:<https://br.sputniknews.com/asia_oceania/201612157175846-china-sistema-defesa-antimissil-mar-do-sul-da-china/>. Acesso em: 25/04/2017.

China vai continuar com construção de Ilhas Artificiais em área em disputa (2015)

Disponível em:<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/05/china-vai-continuar-com-construcao-de-ilhas-artificiais-em-area-em-disputa.html>>. Acesso em: 25/04/2017.

China x EUA: os 3 pontos da Guerra Comercial que opõem os países (2019)

Disponível em:<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/18/china-x-eua-os-3-pontos-da-guerra-comercial-que-opoem-os-paises.ghtml>>. Acesso em: 19/03/2019.

Do alto, o avanço das controversas Ilhas Artificiais da China (2015)

Disponível em:<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150410_mar_sul_china_ilhas_pai>. Acesso em: 25/04/2017.

EUA x China: aproxima-se uma nova Guerra Fria (2018)

Disponível em:<<https://forbes.uol.com.br/negocios/2018/11/eua-x-china-aproxima-se-uma-nova-guerra-fria/>>. Acesso em: 10/04/2019.

Em avanço, China promete maior abertura a empresas da União Europeia (2019)
Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/09/em-avanco-china-promete-maior-abertura-a-empresas-da-uniao-europeia.ghtml>>. Acesso em: 10/04/2019.

Mar da China Meridional (2019)
Conteúdo aberto. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mar_da_China_Meridional> Acesso em: 25/04/2017.

Mar do Sul da China se torna arena de rivalidade entre Washington e Pequim (2016)
Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/mundo/201606225228728-rivalidade-pequim-washington/>>. Acesso em: 25/04/2017.

Mourão recoloca a Estratégia Brasileira para a China nos trilhos (2019)
Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2019/04/mourao-recoloca-a-estrategia-brasileira-para-a-china-nos-trilhos.shtml>>. Acesso em: 11/04/2019.

Na disputa entre China e EUA pela América do Sul, Pequim avança (2018)
Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2018/08/na-disputa-entre-china-e-eua-pela-america-do-sul-pequim-avanca.shtml>>. Acesso em: 16/04/2018.

Na OMC, China já se afasta do novo Governo Brasileiro (2019)
Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelsondesa/2019/04/na-omc-china-ja-se-afasta-do-novo-governo-brasileiro.shtml>>. Acesso em: 10/04/2019.

O Plano Naval da China para superar os EUA e controlar o Pacífico até 2030 (2018)
Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/o-plano-naval-da-china-para-superar-os-eua-e-controlar-o-pacifico-ate-2030.ghtml>>. Acesso em: 04/06/2018.

Pequim instala armas nas Ilhas Artificiais do Mar do Sul da China (2016)
Disponível em: <<http://www.dn.pt/mundo/interior/pequim-instala-armas-nas-ilhas-artificiais-do-mar-do-sul-da-china-5554476.html>>. Acesso em: 25/04/2017.

Pequim reinicia construção em Ilhas disputadas no Mar do Sul da China (2017)
Disponível em: <https://br.sputniknews.com/asia_oceania/201703157893263-pequim-ilhas-disputadas-construcao-mar-do-sul-da-china/>. Acesso em: 25/04/2017.

Pouso de aviões chineses em Ilhas Artificiais gera protestos no Sudeste Asiático (2016)
Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/mundo/201601073240722-pouso-avioschineses-ilhas-artificiais-gera-protestos-sudeste-asiatico/>>. Acesso em: 22/05/2017.

Principais reformas da China nos últimos cinco anos (2018)
Disponível em: <<http://portuguese.people.com.cn/n3/2018/0224/c309806-9429582.html>>. Acesso em: 24/10/2018.

Relatório do Pentágono sobre o poder militar chinês usa informações do Defesnet (2010)
Disponível em: <<http://www.defesnet.com.br/brasilchina/noticia/2548/Relatorio-do-Pentagono-no-sobre-o-Poder-Militar-Chines-usa-informacoes-do-DefesaNet/>>. Acesso em: 24/05/2017.

Relações entre China e Estados Unidos (2018)

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rela%C3%A7%C3%B5es_entre_China_e_Estados_Unidos>. Acesso em: 10/04/2019.

Tillerson compara construção de Ilhas chinesas no Mar do Sul da China à questão da Crimeia (2017)

Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/mundo/201701117404192-tillerson-eua-ilhas-china-crimea-russia/>> Acesso em: 25/04/2017.

Tillerson diz que EUA precisam sinalizar que acesso da China a Ilhas Artificiais será negado (2017)

Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/china/noticia/24506/Tillerson-diz-que-EUA-precisam-sinalizar-que-acesso-da-China-a-ilhas-artificiais-sera-negado/> Acesso em: 22/05/2017.

Trump arrisca guerra com a China se bloquear acesso a Ilhas do Mar do Sul (2017)

Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/01/13/mundo/noticia/a-guerra-comercial-trump-arrisca-juntar-guerra-real-com-a-china-1758230> Acesso em: 25/04/2017.